

Ano 21 • Número 09 • 06 de março de 2019

■ **Confiança da indústria gaúcha estabiliza em patamar elevado**

■ **Indústria gaúcha cresce em janeiro e reforça otimismo para o ano**

■ **Fim da guerra comercial pode trazer alívio para os mercados globais**

■ **Nova previdência deve aumentar os custos do setor exportador**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Confiança da indústria gaúcha estabiliza em patamar elevado

Em fevereiro, o Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS) foi de 66,8 pontos, uma leve queda de 0,3 ponto em relação a janeiro (67,1 pontos), permanecendo em patamar elevado. Foi a primeira vez que houve recuo desde a forte elevação de 10,6 pontos na passagem de outubro (54,9 pontos) para novembro (65,5 pontos).

O índice varia de zero a 100 pontos, sendo que valores acima dos 50 indicam a presença de confiança.

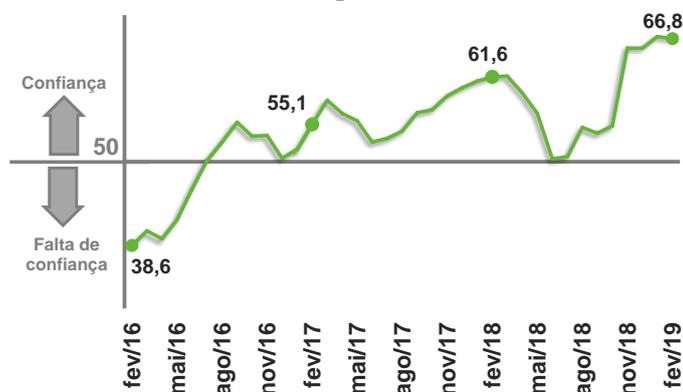
O Índice de Condições Atuais (ICA) atingiu os 58,3 pontos em fevereiro, 1,4 ponto acima de janeiro e o maior valor desde junho de 2010 (58,6 pontos). A principal influência veio do subcomponente que mede as condições da economia brasileira (ICA-EB) que, ao subir 3,1 pontos, atingiu 60,6 pontos, o maior valor desde maio de 2010 (60,9 pontos). O Índice de Condições das Empresas (ICA-E) também subiu, mas em ritmo menor: de 56,6 em janeiro para 57,2 pontos em fevereiro. Acima de 50 pontos, os índices revelam que as condições melhoraram nos últimos seis meses.

O Índice de Expectativas (IE) para os próximos seis meses caiu 1,2 ponto na passagem mensal, mas o valor de 71,0 pontos é o segundo maior da série histórica iniciada em abril de 2005. O mesmo movimento foi observado nas expectativas quanto à economia brasileira: o índice (IE-EB) caiu 1,3 ponto, mas segue como o segundo maior da história aos 70,7 pontos. Já o Índice de expectativas para as empresas (IE-E) caiu

menos, 1,0 ponto, para 71,2 pontos. Os índices de expectativas também variam de zero a 100 pontos, sendo que valores acima dos 50 indicam otimismo.

Após a forte elevação da confiança em decorrência da definição eleitoral, o cenário atual mostra que a confiança estabilizou em um patamar elevado, como já era esperado. As sinalizações do governo de comprometimento com as reformas para encaminhar os problemas fiscais do País, em especial a da Previdência, sustentam o sentimento de otimismo por parte dos industriais gaúchos. Empresários mais confiantes são mais propensos a aumentar a produção e colocar em prática investimentos, de modo que o otimismo se torna um fator importante para a continuidade da recuperação da indústria gaúcha.

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS (Em pontos)



Fonte: FIERGS.

Indústria gaúcha cresce em janeiro e reforça otimismo para o ano

Os resultados da Sondagem Industrial do RS de janeiro de 2019 mostraram expansões atípicas da produção e do emprego, os estoques ajustados e expectativas positivas para os próximos seis meses, principalmente para a demanda. A queda na intenção de investir foi o dado negativo deste início de ano.

O índice da produção industrial atingiu 51,6 pontos em janeiro de 2019, acima da linha divisória de 50, que indica crescimento em relação ao mês anterior. A média do índice no mês é de 47,5 pontos, revelando que a alta da produção no período é incomum. A mesma interpretação vale para o emprego: o índice, de média 49,1 pontos no mês, alcançou 51,9 em janeiro de 2019.

Aos 67,0% em janeiro de 2019, maior nível para o mês dos últimos cinco anos e muito próximo da média histórica (67,2%), a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou estável na comparação com dezembro de 2018. Já o índice de UCI em relação ao usual cresceu 1,3 ponto relativamente a dezembro, para 43,9. O aumento mostrou uma distância menor entre o nível de UCI efetivo e o considerado usual pelos empresários, mas, abaixo dos 50 pontos, o índice revela que a UCI ficou abaixo do usual em janeiro.

Quanto aos estoques de produtos finais, o índice que

os medem em relação ao planejado pelas empresas foi de 49,5 em janeiro de 2019. Os valores próximos a 50 pontos denotam estoques ajustados.

Na avaliação dos empresários gaúchos, o cenário para próximos seis meses deve continuar positivo, com destaque para a demanda e o emprego. Em fevereiro de 2019, todos os índices de expectativas mantiveram-se acima dos 50 pontos, o que significa crescimento. O relativo à demanda aumentou pelo quarto mês seguido e atingiu 63,1 pontos, o maior patamar desde fevereiro de 2011. Com estoques ajustados, se as expectativas se confirmarem, a produção industrial gaúcha deve acelerar nos próximos meses, aumentando o emprego (55,4 pontos) e as compras de insumos e matérias-primas (60,7 pontos). No mesmo sentido, os empresários gaúchos também projetam crescimento das exportações (56,9 pontos).

Depois de três meses de alta, o índice de intenção de investir nos próximos seis meses da indústria gaúcha voltou a cair, e com força: de 58,3 em janeiro para 52,1 pontos em fevereiro de 2019. Nesse sentido, ainda há uma boa parte dos empresários que não considera a recuperação atual em ritmo que justifique investimentos.

Fim da guerra comercial pode trazer alívio para os mercados globais

O progresso das negociações entre Estados Unidos e China indica que o fim da Guerra comercial pode estar próximo. Embora a narrativa da relação comercial desbalanceada entre as duas nações tenha sido usada pelos EUA como pano de fundo para seis rodadas de elevação tarifária sobre produtos importados (US\$ 283 bilhões, tarifados de 10% a 50%), os reais motivos envolvem os direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, abertura do mercado interno e redução dos subsídios à indústria chinesa.

Quase um ano após o início das tensões, dois estudos recentes sugerem a ineficiência alocativa da política comercial protecionista praticada pela administração Trump. Em ambos os estudos, a conclusão foi a mesma: houve um repasse completo do aumento de preços decorrentes da elevação de tarifas sobre a economia doméstica, sendo este um forte indicativo da perda de bem-estar da sociedade americana, sobretudo para os consumidores. Ainda, Amiti *et. al* (2019) argumentam que a receita tarifária recebida pelo aumento das alíquotas tem sido insuficiente para compensar as perdas decorrentes do comércio internacional, tanto para os EUA como para aqueles países que praticaram retaliações tarifárias.

Em razão dos riscos crescentes associados às tensões, as projeções da OCDE divulgadas nesta semana apresentaram redução das estimativas de crescimento da atividade para ambos os países em 2019. Para os EUA, a revisão do PIB foi de 0,3 p.p. para baixo, passando para 2,6%, enquanto a expansão do PIB chinês passou de 6,6%, para 6,2%.

Os efeitos das tensões já são sentidos a um nível global. Grande parte dos países que compõe o G20 também tiveram suas projeções revisadas para baixo. A Zona do Euro assinalou a mudança mais significativa (redução de 0,8 p.p. em relação a última projeção), e deverá crescer 1,0% este ano. A redução da expectativa também leva em consideração a moderação no ritmo da atividade econômica da Alemanha, juntamente com a aproximação da saída do Reino Unido da União Europeia e a deterioração da situação fiscal da Itália.

No último encontro do G20 em dezembro de 2018, EUA e China anunciaram uma trégua de três meses. De um lado, os americanos concordaram em suspender temporariamente as tarifas sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses que, em contrapartida, se comprometeram a elevar a sua participação de produtos básicos americanos, sobretudo soja e milho. Na última semana, Trump novamente adiou a data limite da trégua, citando o “progresso substancial” das negociações com Pequim.

Num momento onde estudos mostram a ineficiência do protecionismo e órgãos multilaterais apontam para estimativas menores do crescimento da economia mundial, a resolução da guerra comercial afastaria os riscos de um ajuste mais rápido do que o antecipado da política monetária dos países desenvolvidos, trazendo um alívio temporário para os mercados globais.

Fonte: [The return to protectionism](#)
[The impact of the 2018 trade war on U.S. prices and welfare](#)

Nova previdência deve aumentar os custos do setor exportador

Desde a divulgação da chamada “Nova Previdência” (PEC 06/2019) há alguns dias, pouco foi discutido sobre a proposta do fim da isenção das contribuições previdenciárias para o setor exportador.

De acordo com o inciso I, do 2º parágrafo do Art. 149 da Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação. Isso quer dizer que a receita originada pela venda de bens e serviços ao exterior tem imunidade sobre todas as contribuições sociais e, portanto, devem ser deduzidas da base de cálculo do PIS/COFINS, CSLL e CIDE.

Atualmente, a Constituição Federal (alínea b, do inciso I, do Art. 195) permite que os exportadores façam a substituição da contribuição de folha de salários por receita ou faturamento. Portanto, é nesse sentido que o setor exportador goza do benefício conhecido como isenção previdenciária.

Contudo, a PEC estabelece o fim de tal imunidade. O acréscimo de um 5º parágrafo ao Art. 149 prevê a vedação da imunidade das empresas exportadoras sobre as contribuições substitutivas de folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados.

Posto isso, a mudança obrigaria os empregadores a

pagar pela contribuição previdenciária. Nesse sentido, a alteração não afetaria exclusivamente o setor agrícola, como foi noticiado por diversos veículos de comunicação, mas também abrange o setor exportador como um todo, inclusive os produtos manufaturados.

Segundo as projeções de renúncia fiscal dos gastos tributários da Receita Federal para este ano, seria possível arrecadar cerca de R\$ 7,3 bilhões somente com as exportações da produção rural. O mesmo demonstrativo da Receita, no entanto, não dispõe de uma estimativa oriunda da comercialização de produtos industrializados para o exterior, o que torna difícil saber de antemão a potencial perda do setor industrial com o recolhimento da contribuição previdenciária.

Caso este item não caia diante da possível desidratação da PEC, significa dizer, para a Previdência, que a alteração deste artigo se transforma em uma nova fonte de financiamento da seguridade social, contribuindo para equacionar o atual *déficit* do sistema, ao passo que, para os exportadores, implica na perda de competitividade do setor, em razão das pressões adicionais de custos, ocasionada pela elevação dos dispêndios com funcionários.